

dade e um autor comparável ao Barão de Münchhausen, nas complicadas fantasias que chegou a construir e que, desgraçadamente, sempre são arquitetadas para levar este País ao desastre, ao desassossego e à inquietação.

Há porém, outros fatos. Sempre — e devemos levar isto em alta conta, como aqui muito bem afirmaram os nobres Deputados, Gabriel Passos e Sérgio Magalhães — sempre que procurou dar um passo certo ou mesmo dúvida, mas um passo à frente no sentido do progresso social e de sua emancipação econômica, estas mesmas forças reacionárias se tem agrupado, à sombra e sob o comando do Governador da Guanabara, para intranquilizar, desassossegar e levar à desordem o País. Foi assim no Governo do eminente Presidente Getúlio Vargas. Quando Sua Exceléncia iniciou as medidas iniciais as primeiras, no sentido da disciplina do capital estrangeiro, o mesmo Governador da Guanabara comandou uma agitação, com os mesmos processos que até de avelhantados, não devem mais merecer o respeito do País, com tal melancolia elas se repetem. São sempre conspirações, documentos forjados, tramas subterrâneas, crepusculares, como bem disse o nobre Deputado Gabriel Passos, em que Sua Exceléncia ora se envolve ou que ora se afasta, para, por meio delas, convulsionar o País.

No momento atual, quaisquer que sejam as posições que tenhamos em torno ao Governo da República, adversário ou correligionários, é mister convir em que o Executivo e Legislativo estão enfrentando os mais altos problemas de reformas institucionais que este País exige. Está a lei sobre os abusos do poder econômico prestes a ser votada; está aí o estatuto de disciplina do capital estrangeiro. Agita-se, decididamente, da votação da reforma agrária. E, no momento em que o Governo e o Congresso, cada um isoladamente,

mas procurando ambos, através desse esforço comum enfrentar os graves problemas nacionais, a onda reacionária levanta novamente a cabeça, sob o comando do mesmo e impenitente conspirador.

Senhor Presidente, vou votar o requerimento pelos mesmos motivos já apontados pelos nobres Líderes da Maioria e do meu Partido, mas deixando esta ressalva: faço-o sem ter dúvida de que o denunciante não merece fé; faço-o, porque suspeito que outra coisa devemos apurar — é que essa atoarda e essa conspiração se organizam agora para impedir os progressos efetivos que o País está tendo do campo de sua política interna e no campo das reformas institucionais que o Brasil exige; faço-o para que demarcarmos este Catilina da Guanabara. (Muito bem; muito bem).

O SR. MENEZES CORTES (Para encaminhar a votação) \* — Sr. Presidente, Senhores Deputados, já ouvimos o autor do requerimento, o nobre Líder da Maioria e vários colegas. Líderes ou não, e também a palavra do nobre Líder do Bloco da Minoria que apóia o Governo, o Sr. Deputado Nestor Duarte, que trouxe o pensamento do bloco minoritário na Casa, dando assentimento à pretendida convocação. No momento, cabe-nos como Líder da União Democrática Nacional, dizer que, na verdade, seria até dispensável pois ninguém pode conhecer a gravidade da denúncia feita pelo Governo do Estado da Guanabara, envolvendo o Governo da República, o Senhor Ministro da Justiça, porque o fato nos chega, de maneira não completa. A rigor, nenhum de nós conhece os exatos e completos termos do que foi ontem falado na televisão, com irradiação por uma ou mais estações de rádio. O que ouvimos, e o digo agora porque tive conversado com elementos de todas as correntes partidárias, foi através de informações de tercei-

\* Não foi revisto pelo orador.

ros o que sabemos dos jornais são resumos. Não conhecemos os termos exatos, mas temos a justa medida para aquela compreensão que se trata de um fato grave, e um fato grave deve ser apurado, não pode deixar de ser, sobretudo pelo Congresso Nacional, pois que esta é a nossa função, a de representar o povo, trazendo aqui todas as tendências político-partidárias, todos os pensamentos, para permitir, na verdade, uma síntese da opinião do povo. Com a responsabilidade dos nossos mandatos devemos apurar a verdade e também seria óbvio afirmar que quem se dispõe a apurar fatos deve fazê-lo de cabeça fria, deve manter o maior estado de isenção de ânimo para poder apurar a verdade, só a verdade e nada além da verdade.

Nestas condições, Senhor Presidente — e já a esta altura, seria desnecessário — venho trazer, de maneira clara e precisa, a palavra do partido cuja bancada tenho a honra de liderar, palavra de pleno apoio áquilo já anunciado pelo nobre Líder Nestor Duarte.

Quando solicitava que agissemos de cabeça fria, lembrei-me do pronunciamento há pouco feito nesta Casa, e que recebeu os aplausos gerais, pelo nobre Líder Raul Pilla, quando Sua Exceléncia demonstrou que não está em causa nenhum aspecto de ordem ideológica (*muito bem*); estamos diante de um fato, e de um fato de grande repercussão, cuja veracidade deve ser apurada para as devidas consequências. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PEREIRA DA SILVA (Para encaminhar a votação) — Senhor Presidente, nobres e ilustres colegas, falo na qualidade de um dos remanescentes, aqui na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 e com a autoridade de quem assistiu aos debates mais elevados e mais consistentes sobre o sistema de governo que deveríamos adotar, para levar esta Nação aos seus grandes destinos.

Nos 16 anos de mandato nesta Casa, quando fatos da mais alta

gravidade empolgaram as bancadas quando assuntos da maior importância dominaram os espíritos, tivemos sempre ocasião de manifestar o nosso pensamento, o nosso modo de ver. Não seria, portanto, nesta hora, a mais grave de todas já vividas nesta Casa do Congresso Nacional, que a minha voz enfraquecida (*Não apoiados*), de velho de 65 anos, não se apresentasse para trazer a minha solidariedade a esta proposição em que se convoca o Senhor Ministro da Justiça para dar à Câmara e à Nação um esclarecimento decisivo, concreto, sem fantasia e sem intenção de dobrar a verdade ou de mudar a face dos acontecimentos, diante das acusações gravíssimas que pesam sobre Sua Exceléncia, na qualidade de Secretário do Estado da Justiça, responsável direto pela política do tual Governo e pela manutenção de ordem pública nacional.

E preciso — e urgentíssimo — que o Senhor Ministro Pedroso d'Horta compareça a esta Casa do povo e nos diga e nos confesse, caso não decida pela negativa, se procede a denúncia feita à Nação, ontem à noite pelo Governador Carlos Lacerda, na Capital do Estado da Guanabara, através ponderosa rede de radiodifusão e TV, de que S. Exa. convidara os Chefe das Forças Armadas do País para a deflagração de um movimento revolucionário, visando a dissolução do Congresso Nacional e implantando um governo ditatorial.

A esta hora, todo o Brasil, desassossegado desde o inicio do governo do Senhor Jânio Quadros, está debaixo de forte nervosismo, na previsão de horas negras para o seu povo, que ouviu a denúncia e gravou os seus termos. Além disso, partiu a acusação de um homem investido da responsabilidade de chefe de um governo estadual.

A verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que estamos acompanhando a marcha deste Governo, iniciando constitucional-